



WÉLEM RENATA PEREIRA

**O TERCEIRO SETOR COMO COEXECUTOR DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO NA
ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO VIDA VIVA.**

LAVRAS – MG

2021

WÉLEM RENATA PEREIRA

**O TERCEIRO SETOR COMO COEXECUTOR DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO DE
VARGINHA VIDA VIVA.**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do
Curso de Administração Pública,
para obtenção do título de
Bacharel.

Prof^o. Dr. Daniel Carvalho de Rezende
Orientador

LAVRAS – MG

2021

WÉLEM RENATA PEREIRA

**O TERCEIRO SETOR COMO COEXECUTOR DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO DE
VARGINHA VIDA VIVA.**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do
Curso de Administração Pública,
para obtenção do título de
Bacharel.

APROVADA em 28 de maio de 2021.

Prof^ª. Dr. Ana Cristina Ferreira UFV

Prof^º. Dr. Daniel Carvalho de Rezende
Orientador

LAVRAS – MG
2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por me dar capacidade intelectual e sabedoria para vencer cada obstáculo.

Á minha filha Maria Fernanda pela paciência durante esse período que em muitos momentos precisei me dedicar aos estudos.

Á minha família, meus pais e irmãos.

As minhas amigas Cristiane e Alessandra pelo incentivo e apoio me dando ânimo para não desistir e continuar firme até o final.

Aos meus colegas de curso que durante essa trajetória trocamos experiências no grupo de whatsapp e foi fundamental para chegar até aqui.

A Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva que contribuiu para essa pesquisa.

A Universidade Federal de Lavras – Polo Varginha pela oportunidade oferecida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Carvalho de Rezende pela paciência e por aceitar conduzir esse trabalho.

E a todos os professores, tutores e funcionários pela dedicação e excelência da qualidade técnica de cada um.

O Sorriso

*“Nada custa, mas acrescenta muito.
Enriquece os recebedores sem empobrecer os doadores.
Dura apenas um segundo, mas muitas vezes a memória o guarda para sempre.
Traz a felicidade ao lar.
Alimenta a boa vontade entre as pessoas.
É a senha dos amigos.
Serve de incentivo para o desanimado, de alegria para o triste, de repouso para o
fatigado.
Contra o mau humor, é o maior antídoto da natureza.
É o maior e melhor cartão de visitas.
Acalma os nervos e estimula a circulação em todo o rosto.
Promove harmonia em todo o nosso organismo.
Enfim, dá brilho aos olhos e simpatia ao caráter.
Então, SORRIA!”*

Mário Quintana

RESUMO

Pretendeu-se, neste trabalho, demonstrar a importância do terceiro setor como coexecutor de políticas públicas, partindo-se primeiramente do referencial teórico estruturado em três subtópicos: o terceiro setor no Brasil; o papel do voluntariado no terceiro setor e as associações como coexecutoras de políticas públicas. Nesta premissa, o presente trabalho propôs analisar a Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva e, como principal objetivo identificar os pontos fortes e fracos que afetam a gestão e sua funcionalidade no dia a dia. Para tal, a pesquisa valeu-se da pesquisa de natureza qualitativa e descritiva e, para coleta de dados, procedeu-se por meio de uma entrevista e análise documental in loco. Quanto ao tratamento e análise dos dados, empregou-se a técnica de análise de conteúdo. Avalia-se que o estudo permitiu a ampliação do conhecimento sobre o tema, além da visualização da realidade em uma associação. Espera-se que a pesquisa possa prover subsídios à proposição de novos estudos, com o enfoque de propostas para melhorias em sua gestão.

Palavras-chave: Terceiro setor. Associação. Voluntariado. Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Sede I e Sede II.....	19
---	-----------

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema	11
1.2 Objetivos	11
1.3 Justificativa	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 O Terceiro Setor no Brasil	12
2.2 O papel do voluntariado no Terceiro Setor	13
2.3 As Associações como coexecutoras de políticas públicas	16
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6. REFERÊNCIAS	26
7. APÊNDICE	29

1. INTRODUÇÃO

O terceiro setor é um grande coexecutor na implementação de políticas públicas em face da capacidade empreendedora no desenvolvimento de ações de interesse público, preenchendo muitas vezes o que o primeiro e o segundo setores não fazem. Esse tipo de organização é um modelo bastante singular de se gerar produtos e serviços, pois seu intuito não é gerar lucro e bens particulares e, sim, gerar serviços para consumo coletivo (Cazzolato, 2009). O terceiro setor é parte indispensável para a Administração Pública.

As entidades não governamentais, associações e afins que compõem o terceiro setor estão gradativamente suprindo as demandas do Estado por meio de programas em diversos setores com resultados satisfatórios. Conhecer o impacto da atuação desse setor na sociedade e suas formas de organização se tornou uma necessidade permanente, em virtude do aumento considerável de entidades privadas sem fins lucrativos que proporcionam serviços públicos às coletividades (Duarte; Cavalcante; Marques, 2017).

Essas organizações não visam ao lucro, pois são criadas para ajudar a sociedade. Assim, podemos dizer também que vem da necessidade humana de ajudar outras pessoas, vem no sentido de cooperação, onde este valor é fortemente usado como motivação para aqueles que participam ou colabora com alguma entidade. A solidariedade é vista como uma experiência única de crescimento pessoal e profissional e o trabalho voluntário é um importante elemento para dar continuidade aos trabalhos prestados por essas organizações (Souza; Medeiros, 2012).

Nesse sentido, uma associação tende a ser mais forte quando tem uma identidade clara e facilmente compreendida por parte de seu público potencial de associados (Nogueira, 2014). Sua baixa identificação pode levar ao não reconhecimento e ameaça a sobrevivência organizacional.

São vários os fatores que dificultam o gerenciamento de uma associação, e dentre eles podemos citar: a falta de direcionamento adequado dos projetos, a falta de organização, a falta de um planejamento estratégico bem delineado, a escassez de recursos humanos e materiais e; a formação acadêmica e profissional inadequadas. Isso faz com que muitas associações tenham pouca representatividade. Com todos estes problemas estruturais e de gestão, fica cada vez mais complicado captar recursos, planejar e programar ações de grande impacto na sociedade (Cazzolato, 2009).

A associação em estudo pertence ao terceiro setor e está localizada no município de Varginha, Minas Gerais. A Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva, tem como

objetivo o atendimento assistencial aos pacientes oncológicos, prestando diversos serviços por meio de ações e projetos para suprir as necessidades desses pacientes, e oferecendo um ambiente acolhedor fora do ambiente hospitalar.

A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva. Para coleta de dados, utilizou-se a aplicação de entrevista, além do levantamento bibliográfico.

Nesta premissa, é proposto analisar a Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva, mostrando seus projetos, dificuldades encontradas diante do dia a dia, os meios pelos quais gerencia e prepara as equipes que trabalham na associação e, quais são as suas metas para o futuro.

1.1. Problema

Se o Estado não é mais visto como único coexecutor de políticas públicas, se passa a compartilhar essa responsabilidade com a sociedade civil, este estudo busca responder como a Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva vem contribuindo com seu envolvimento em projetos sociais? E como melhorar sua gestão, no intuito, de expandir como exemplo para municípios vizinhos?

1.2. Objetivos

Objetivo Geral

Descrever os principais pontos fortes e dificuldades que afetam a gestão da Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva.

Objetivos Específicos

Quanto aos objetivos específicos esta pesquisa desenvolve-se nas seguintes diretrizes:

- a) Demonstrar a importância do terceiro setor como coexecutor de políticas públicas;
- b) Identificar os pontos fortes e fracos da Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva que afetam a gestão e sua funcionalidade no dia a dia;
- c) Analisar a Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva, mostrando seus projetos, dificuldades do dia a dia, os meios pelos quais gerencia e prepara as equipes que trabalham na associação e, quais são suas metas para o futuro.

1.3. Justificativa

A realização deste estudo busca contribuir sobre a atuação da Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva como instrumento de gestão na execução de políticas

públicas no município de Varginha-MG, assim como, uma melhor compreensão do papel do terceiro setor na sociedade.

O país necessita dessas organizações, pois a realidade é que hoje o poder público não consegue dar conta da demanda de todas as necessidades básicas da população, desta forma, entra o terceiro setor como coexecutor de políticas públicas.

O terceiro setor tem sido cada vez mais necessário e está se tornando parte integrante das ações governamentais, passando a ser um adendo do Estado, com a capacidade de desenvolver programas no que diz respeito às necessidades básicas da população.

Assim, os resultados deste trabalho pretende mostrar a importância da existência da associação no município de Varginha e região, além de apontar melhorias na gestão e análise dos pontos fortes e fracos e fracos, para que cada vez mais esta possa crescer, não somente em estrutura, mas também em credibilidade perante a sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho está estruturado em três subtópicos: o primeiro – O Terceiro Setor no Brasil – discute uma breve cronologia do terceiro setor no Brasil; o segundo – O papel do voluntariado no terceiro setor – relata sobre a importância do voluntário no terceiro setor; e o terceiro – As Associações como coexecutoras de políticas públicas – diz sobre o emprego das associações e seu papel na execução de políticas públicas.

2.1. O Terceiro Setor no Brasil

O terceiro setor no Brasil inicia sua primeira fase no período de colonização até a metade do século XX. Neste período, a Igreja Católica era a principal instituição que desenvolvia ações de assistência social, saúde e educação. Estas eram de cunho caritativo cristão, desenvolvidas em equipamentos, como casas asilares, orfanades, Santas Casas de Misericórdia e colégios católicos (Lopes, 2016).

A partir início da década de 1990, tornou-se comum no Brasil, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. A partir do primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado, surge o terceiro setor. Ele difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada e do segundo porque não visa ao lucro nem ao proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos (Leite, 2003).

Santos (2012) ressalta que a valorização do Terceiro Setor no nosso país começou a ser percebida a partir do movimento pela Reforma do Estado no ano de 1995, cujo propósito era discutir a busca pela eficiência e eficácia na garantia de proporcionar segurança, educação, saúde, transporte e outras intervenções necessárias à sociedade brasileira.

Um das características importantes dessas organizações, além de não visar ao lucro, elas contam com uma grande quantidade de voluntários e atuam prestando serviços para a sociedade menos favorecida, que não consegue receber os serviços do poder público, o Primeiro Setor e, nem contratar os serviços do setor privado, que é Segundo Setor (Santos, 2012).

Segundo Luca (2008), o terceiro setor não é nem público e nem privado, e sim uma fusão da sociedade com o privado para um fim público, composta por organizações, institutos e associações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela participação voluntária. São criadas com o objetivo de lutar por uma sociedade mais igualitária e justa, ganhando importância no desenvolvimento político, econômico e social do país (Júnior et al. 2009).

Nessa perspectiva, Naves (2003, p.574) define o Terceiro Setor como “um conjunto de atividades de interesse público, espontâneas, não governamentais e não lucrativas realizadas em benefício geral da sociedade, independentemente dos demais setores”. Abrange ações públicas que saem do domínio estatal e passam a ser encampadas por organizações da sociedade civil. É o surgimento da iniciativa privada com fins públicos, com o objetivo de combater grandes problemas do mundo atual, como pobreza, violência, poluição, analfabetismo, racismo, etc (Santos, 2012).

Assim, pode-se afirmar que o Terceiro Setor é composto por entidades de interesse sem fins lucrativos (associações e fundações de direito privado), que possuem algum grau de institucionalização organizacional, com autonomia e administração próprias e possuem quase sempre participação voluntária (Gonçalves, 2006). O Terceiro Setor vem se consolidando, como reflexo direto da capacidade de ação, da generosidade e, da solidariedade da própria sociedade civil (Gonçalves, 2006).

2.2. O papel do voluntariado no Terceiro Setor

No Brasil as primeiras iniciativas de trabalho voluntariado surgiram no período colonial, com caráter religioso e de caridade. Somente em 1998 foi aprovada a Lei nº 9.608/98 que normatiza o serviço do voluntário no país.

Regulamentado, no âmbito federal, pela Lei nº 9.608/98, dispõe sobre esta modalidade de trabalho.

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício (Lei Federal nº 9.608/1998).

O Termo de Adesão deve ser assinado entre o voluntário e a instituição, é uma proteção para o voluntário, pois é neste termo que deverão estar estabelecidas as atividades que serão desempenhadas, dias e horários.

Em 1985, foi criado o Dia Internacional do Voluntário e determinou-se que a data fosse comemorada todos os anos, no dia 5 de dezembro, reconhecendo as contribuições que voluntários fizeram para o progresso, a harmonia e a resiliência das comunidades e nações.

Para Souza et. al (2010), o trabalho voluntário é definido como uma realização pessoal, no qual a pessoa (voluntário) oferece, livremente, o seu tempo para beneficiar outras pessoas. Pode ser definido também como pessoas que, de forma desinteressada, dedicam parte do seu tempo, a melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos outros (Dias, 2014).

De acordo com o Relatório dos Voluntários das Nações Unidas – VNU (2011),

O voluntariado expressa o envolvimento do indivíduo na sua comunidade, refletindo valores como a participação, confiança, solidariedade e reciprocidade, é uma expressão do envolvimento do indivíduo na sua comunidade. Participação, confiança, solidariedade e reciprocidade, baseado em um entendimento compartilhado e no senso das obrigações em comum, são valores que se reforçam mutuamente no coração do governo e da boa cidadania. O voluntariado não é um vestígio nostálgico do passado. É a nossa primeira linha de defesa contra a fragmentação social em um mundo globalizado (Relatório dos Voluntários das Nações Unidas - 2011).

Segundo o Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado – Mesa Brasil Sesc (2007, p. 09), “o voluntariado nasce do encontro da solidariedade com a cidadania e é o meio pelo qual as pessoas demonstram sua capacidade de assumirem responsabilidades e de agirem por si mesmas, visando o bem-estar social”.

Na acepção de Hudson (1999), o setor voluntário oferece três contribuições importantes para a sociedade:

- a) representação, por contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e para os processos de integração e coesão social;

- b) inovação, por incorporar ações que transformam o meio social, desenvolvendo sujeitos e comunidades; e
- c) cidadania, por ser realizada a partir de ações de natureza informal e, mesmo assim, sob elevado grau de eficiência e eficácia (HUDSON, 1999, apud SOUZA et al, 2012, p.98).

Ser voluntário é doar-se por uma causa, é ter no coração o dom do amor, o dom da caridade, da solidariedade, o dom de servir. É ter consciência de estar prestando um serviço à sociedade, ao seu próximo, cumprindo o papel de cidadão consciente (Domeneghetti, 2002).

Deste modo, o trabalho voluntário parte de motivos que impulsionam indivíduos a fazer algo pelo próximo, e a estar disposto se expor em situações desafiantes, que não proporcionarão retorno financeiro, mas, sim, reconhecimento, agradecimento e sentimento de que o trabalho que está sendo realizado é útil, tem valor para alguém e interfere positivamente na sociedade (Souza; Medeiros, 2012).

Logo, de acordo com Ortiz (2009), a desistência de voluntários pode ocorrer, motivada por conflitos com as atividades, com o público ou com a área, percepção de estar ocupando um posto de trabalho, falta de formação para a tarefa, desconsideração das expectativas e aptidões dos voluntários para a designação das tarefas, falta de preparação das instituições para recepção, inserção e acompanhamento de voluntários, dentre outras.

Partindo do princípio de que ser voluntário é dedicar tempo e talento a uma causa social ou a um público que precise de ajuda, e que isto deve ser feito com compromisso, atendendo à expectativa de ação do voluntário, é importante conhecer os direitos e as responsabilidades desse gesto (Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado – Mesa Brasil Sesc, 2007, p. 11):

Todo voluntário tem DIREITO a:

- Desempenhar uma tarefa que o valorize e seja um desafio para ampliar suas habilidades ou desenvolver outras;
- Obter uma descrição clara de suas tarefas e responsabilidades;
- Participar das decisões com relação ao seu trabalho;
- Contar com os recursos indispensáveis para o trabalho voluntário;
- Receber treinamento e supervisão para melhorar seu desempenho na tarefa que vai desenvolver, assim como a informação completa sobre a mesma;
- Respeitar os termos acordados, quanto à sua dedicação, tempo doado etc.;
- Receber reconhecimento e estímulo;
- Ter oportunidades para o melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com os seus conhecimentos, experiência e interesse.

Todo voluntário tem a RESPONSABILIDADE de:

- Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços, a fim de trabalhar levando em conta essa realidade social;
- Conhecer as tarefas que lhe foram atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar, conforme seus interesses, objetivos e habilidades pessoais, garantindo um bom trabalho;

- Ser responsável no cumprimento dos compromissos assumidos como voluntário;
- Só se comprometer com o que de fato puder fazer;
- Respeitar as pessoas com as quais trabalha;
- Aproveitar os treinamentos oferecidos, através de uma atitude aberta e flexível;
- Trabalhar de forma integrada e coordenada com a entidade onde presta serviço;
- Manter em segredo alguns assuntos que, porventura, não possam ser comentados livremente;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu trabalho;
- Tentar resolver imprevistos, além de informá-los aos responsáveis (Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado – Mesa Brasil Sesc, 2007, p. 11).

O papel dos voluntários, hoje é representado por um marco de transformações sociais que amplia o alcance de diversos serviços. A participação comunitária na construção de projetos e políticas públicas é um dos principais desafios dos governos e das organizações não governamentais, que visam colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária.

2.3. As associações como coexecutoras de políticas públicas

As associações, é a forma pela qual certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca, em comum, serviços, atividades e conhecimento em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos (Diniz, 1995).

Associação é uma das possibilidades que o ordenamento jurídico abre para as pessoas jurídicas que recebem a denominação de ONG, juntamente com a Fundação, pois ainda que elas sejam largamente conhecidas por serem instituições privadas de interesse público e sem fins lucrativos, não existe uma legislação específica para as assim chamadas “organizações não governamentais”. Uma associação caracteriza-se como uma pessoa jurídica de direito privado que tem por objetivo a realização de finalidades culturais, sociais, recreativas, etc, cuja constituição é regida por um estatuto social e se dá por um grupo de pessoas, os associados, que objetivam um determinado fim não econômico (Rocha e Pessoa, 2003, p.153).

As associações são amparadas pela Lei 10.406, de 2002:

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas (Lei Federal nº 10.406/2002).

Desta forma a associação é uma modalidade de agrupamento dotada de personalidade jurídica, voltada à realização dos interesses dos seus associados, ou ainda, de uma finalidade

de interesse social, cuja existência legal surge com a inscrição de seu estatuto, em forma pública ou particular, no registro competente (Gonçalves, 2006).

Segundo Luchmann (2017), as associações atuam com foco em diferentes objetivos e atividades, possuem representatividade em diversos segmentos da sociedade civil, como associações de moradores, feministas, negros, ambientalistas, assistenciais, entre outros. Essas associações têm um papel fundamental a desempenhar no encaminhamento e solução dos problemas locais, como potencial canal de negociação da população com o poder público (Sousa, 2011).

Para Taborda (2017), o associativismo tem apresentado grande desenvolvimento nos últimos anos, e tende a crescer cada vez mais onde se mostra como a única saída para resolver os problemas da sociedade civil. Nesse sentido cabe destacar a relação das associações com as políticas públicas complementando ou até mesmo substituindo a atuação das esferas governamentais em diversos segmentos sociais, como saúde, educação, meio ambiente e outros.

As associações tem se relacionado cada vez mais ao papel central junto ao planejamento e execução de políticas públicas (Taborda, 2017). Nesse sentido, o Estado, que é visto como promotor de políticas públicas, deixa de ser o grande executor do bem estar social, cabendo à sociedade e à iniciativa privada assumirem a responsabilidade de participação no processo de provisão social, minimizando-o de sua condição de executor, ampliando os espaços para as Organizações Não-Governamentais como gestoras das políticas sociais (Sousa, 2011).

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa e descritiva. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento entre relações e variáveis (Gil, 2002).

Quanto à forma, esta pesquisa é qualitativa, quando o pesquisador se utiliza deste método como um conjunto interpretativo que pode ser compreendido através de notas de campo, entrevistas, conversas, imagens, entre outras fontes que evidenciem a compreensão e interpretação dos fenômenos estudados (Denzin e Lincoln, 2006).

Quanto aos meios, esta investigação é qualificada como estudo de caso, uma vez que foi realizada uma pesquisa em uma associação. Para Yin (2005) utiliza-se o estudo de caso

para contribuir com o conhecimento de fenômenos individuais, organizacionais, políticos e de grupo.

A associação objeto deste estudo foi fundada no ano de 1996. A Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins econômicos, que tem por finalidade o atendimento assistencial complementar aos pacientes oncológicos no Município de Varginha/MG.

Para coleta, procedeu-se por meio de duas entrevistas, via e-mail e presencial, com a responsável pelas relações públicas da associação, a Sra. Lourdes Marinho, nos meses de fevereiro e abril de 2021. Para análise documental, a Sra. Laila Maria, assistente social da associação, disponibilizou apenas a leitura do Estatuto da associação. Os demais documentos como Regimento Interno, Certificado CEBAS (Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social) e atas não foram disponibilizados. Para a entrevista elaborou-se um roteiro semiestruturado de perguntas de elaboração própria. Quanto ao tratamento e análise dos dados, empregou-se a técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um método composto por um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que possibilita compreender a mensagem além de seus significados imediatos. Uma característica importante da análise de conteúdo é a de ser vasta, podendo ser empregada em diversos tipos de comunicação ou transporte de significações de um emissor para um receptor. (Bardin, 2010). Ela consiste da organização do conteúdo em categorias temáticas. No caso dessa pesquisa, optou-se pelo modelo fechado, com categorias definidas a priori e relacionadas com os objetivos específicos do trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que foi fundada por Lígia Inês Braga Reis e Meryvone Mansur Bísaro, na cidade de Varginha, no dia 22 de julho de 1996, onde presta atendimento à aproximadamente três mil pacientes oncológicos de Varginha e 202 municípios da Região, em tratamento no Hospital Bom Pastor – Fhomuv.

Atualmente a Associação do Voluntariado Vida Viva conta com duas sedes.

Na **Sede I**, ficam lotados os setores: Administrativo, Financeiro, Relações Públicas, Assistência Social e Farmácia. Também contam com um refeitório, onde são servidos o café da manhã e o lanche da tarde para os pacientes e acompanhantes.

O setor de doações é dividido em doação de roupas, cesta básica e produtos de higiene pessoal, onde a Assistente Social realiza a triagem de cada paciente, atendendo de acordo a

necessidade. Além de empréstimo de equipamentos hospitalares, como: cama hospitalar, cadeira de rodas e de banho, muletas, andadores e outros.

Na **Sede II**, o primeiro andar funciona o Bazar nos dias de segunda-feira a quinta-feira, onde são vendidos roupas e sapatos doados, a preços simbólicos, coordenados por voluntárias, a Sala de Artesanato, onde as artesãs voluntárias confeccionam seus trabalhos, os quais ficam expostos nessa Sede. No segundo os pacientes são acolhidos diariamente pela recepcionista, encaminhando para as salas de descanso e dando o apoio necessário. Existe também uma sala de atendimento psicológico para os pacientes e familiares, a sala de peruca, onde os pacientes recebem perucas, turbantes e lenços, conforme a sua demanda. E no terceiro andar fica instalado o Setor de Teledoações, aonde vem a maior parte da arrecadação da Entidade, e o salão de reuniões. A fachada das sedes pode ser visualizada na Figura 1.



Figura 1 – Sede I e II

Fonte: site da Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva

A Associação faz parte da Política de Assistência Social que tem por finalidade o atendimento gratuito e complementar a benefícios socioassistencial e á promoção da saúde dos pacientes oncológicos atendidos no Centro de Oncologia do Hospital Bom Pastor de Varginha/MG - Fhomuv. A entidade é inscrita no CNPJ 01.355.795/0001-13 com títulos de utilidade Pública Municipal pela Lei 3079/1988, Estadual pela Lei 14728/2003 e a Federal pela Lei 50.51716. Trabalha com a defesa e garantia dos direitos nos termos da Lei 8.742/1998, alterada pela Lei 12.435/2011).

A Associação tem por missão promover gratuitamente o atendimento assistencial aos pacientes oncológicos de todas as faixas etárias e ambos os sexos da cidade de Varginha e região, contribuindo para uma melhor qualidade de vida no período do tratamento. Almeja ser reconhecida no Estado de Minas Gerais pela sua excelência em serviços prestados em prol do

paciente com câncer e, possui como valores o Amor, Respeito, Gratidão, Hosnetidade e, Prestabilidade.

As principais propostas da Associação são:

- Oferecer benefícios de Serviço Social, Psicologia e Área Jurídica a pacientes oncológicos que residam em Varginha e cidades circunvizinhas, com especial atenção aos que são de baixa renda, contribuindo assim, para uma melhor qualidade de vida durante o tratamento;
- Oferecer medicamentos não fornecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e fraldas geriátricas para pacientes de baixa renda;
- Promover o serviço voluntário de apoio aos pacientes oncológicos e seus familiares;
- Promover a divulgação e a manutenção dos direitos legais dos pacientes;
- Promover campanhas de prevenção e detecção precoce de câncer através de palestras, debates, mobilizações populares e ações publicitárias em geral;
- Promover bazares, feiras, campanhas para arrecadação de fundos, para reverter em prol ao paciente oncológico.

A diretoria é composta pela Presidente: Sra. Meryvone Mansur Biscaro; Vice-Presidente: Sr. Antonio Lima Reis Júnior; 1º Tesoureiro: Sr. Otávio Santos Caixeta; 2º Tesoureiro: Sra. Alcione Valim Costa; 1º Secretária: Sra. Kenya da Silva Meireles Caixeta; 2º Secretária: Sra. Maria Cristina Rabelo Ribeiro Rezende; Conselho Fiscal: Sra. Elizabete Antunes Braga e Ramom Maia Rezende; Suplentes do Conselho: Sr. Marcus Madeira e Sr. Luciano Ribeiro Rodrigues.

As equipes são divididas por setores: Administrativo, Financeiro, Farmacêutico, Serviço Social, Psicologia, Relações Públicas, Serviços Gerais, Transporte e Teledoadções. Ela é composta, em média, por 30 funcionários qualificados assalariados (Psicóloga, Assistente Social, Farmacêutica, Negócios com ênfase em Marketing, Ciências Contábeis e Profissionais do Telemarketing).

Com relação aos voluntários, atualmente a associação tem, em média, 200 voluntários, contando com todos os setores: café da manhã e tarde, rouparia, brechó, visita ao hospital, artesanato, oficinas, apoio em eventos (feiras, festas, jantares, etc).

Segundo a entrevistada, a quantidade de voluntários hoje atende a demanda da associação. Nesse grupo ocorre certa rotatividade por motivos de férias escolares, desemprego, etc, mas sempre há pessoas dispostas as ações voluntárias.

Sobre o perfil dos voluntários, eles precisam ser maiores de 18 anos, ter disposição e escolher um horário e dia fixo para desempenhar as tarefas. Para a Sra. Lourdes, todas as pessoas têm a capacidade e competência para desenvolver esse sentimento de solidariedade, cidadania e amor ao próximo, o trabalho voluntário é coletivo, porém a responsabilidade é individual em relação às ações e os objetivos que deseja alcançar. Para se tornar um voluntário da Associação do Voluntariado de Varginha Vida Vida é preciso procurar a instituição, passar por uma entrevista, orientação e cadastramento com a profissional de Serviço Social.

Para compor o estudo, foi solicitada a disponibilização de alguns documentos que fomentariam ainda mais a pesquisa. A detentora desses documentos, a Sra. Laila Maria, assistente social da associação, disponibilizou o Estatuto somente para leitura no local, e os demais documentos como atas do conselho fiscal, regimento interno, plano de ação e o certificado CEBAS (Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social) não foram disponibilizados, apenas informou-se a existência desses documentos. Ela disse que esses documentos não poderiam ser impressos ou disponibilizados para pesquisa, uma vez que são de uso interno da associação e que, por motivos de atualização constante, não poderia ser utilizados.

Sobre o CEBAS (Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social), a Sra. Laila Maria informou que o Viva Vida possui essa certificação, que é muito importante para a associação.

Segundo o Ministério da Cidadania (Brasil, 2020), o CEBAS é uma certificação concedida pelo Governo Federal às organizações sem fins lucrativos reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde, e é um instrumento que possibilita a organização de usufruir isenção das contribuições sociais, tais como a parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP, permite ainda a priorização na celebração de contratualização/convênios com o poder público, entre outros benefícios.

Com relação à parceria com a equipe do Hospital Bom Pastor – Fhomuv e o poder público é mantida, segundo a entrevistada, uma relação de profissionalismo, respeito e cordialidade. Essa favorece a solução das demandas presenciais e emergenciais dos pacientes e parentes que a associação atende. O poder público também apoia a associação através de

repasses pelo FIA (Fundo da Infância e Adolescência); FMI (Fundo Municipal do Idoso); convênios com a Cemig, Copasa e DARF (Documento de Arrecadação das Receitas Federais) e verbas impositivas (Emendas Parlamentares de vereadores e deputados).

A Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva, além da assistência social prestada aos pacientes oncológicos e amparo a essas famílias, possui, na Sede II, um bazar e a sala de artesanatos que são uma fonte de renda para a associação e, diante do novo cenário de pandemia ocasionada pela disseminação do coronavírus, a associação tem passado por alguns ajustes. O bazar tem funcionado em dias aleatórios, de acordo com disponibilidade de voluntários e com um número limitado de pessoas para adentrarem o local seguindo todos os protocolos de segurança. As artesãs estão produzindo a maior parte dos trabalhos em casa.

A Sra. Lourdes Marinho relatou que a pandemia trouxe sentimentos de insegurança, ocasionando na diminuição nas doações (monetária e de produtos) por motivo de desemprego das famílias de contribuintes, aumento no fornecimento de medicamentos e cestas básicas para pacientes que passaram por situação de desemprego. Os voluntários foram todos afastados por motivo de segurança e, para lidar com essa situação, a associação ajustou todas as instalações com as medidas de segurança e higiene, restringiu os eventos em grupo para evitar aglomerações e ampliou alguns eventos para o modo online.

Sobre as teledoações, a sistemática está ocorrendo de forma predominantemente online, sendo divulgada nas redes sociais da associação. Houve uma alta na demanda e as doações diminuíram muito, principalmente monetária, com as campanhas estão sendo direcionadas conforme a demanda de urgência. Toda semana aparecem doadores aleatórios contribuindo com algum produto e/ou serviço, ressalta Lourdes. A triagem dos beneficiários é feita pela assistente social, que neste período de pandemia continuou atendendo a todos que necessitam continuar com o tratamento e acompanhamento.

Para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos, a associação utiliza-se dos meios digitais de comunicação, conta com páginas no Facebook, Instagram e Youtube: “Vida Viva Varginha”, possuem cerca de 8.000 seguidores no total das três plataformas, com engajamento diário nas postagens e comunicação sobre doações e projetos/parcerias diversas; também são desenvolvidas parcerias com as mídias de rádio e televisão. Os resultados são o crescimento das doações uma vez que a população se torna consciente dos trabalhos realizados dentro da associação, ressalta Lourdes.

Durante a pesquisa, observou-se a inexistência de um planejamento estratégico. Ao ser indagada, a entrevistada disse que a associação tem uma meta de ser reconhecida no Estado

de Minas Gerais pela excelência dos serviços prestados em prol do paciente com câncer e, para que essa meta seja alcançada, os profissionais e diretoria buscam se capacitar, aprender e ter empatia diante das diversidades encontradas no tratamento pelos pacientes. Sobre a possibilidade de delinear um planejamento estratégico, não houve resposta da mesma.

Contudo, para a associação fazer parte do terceiro setor é necessário um esforço constante diante das dificuldades burocráticas e financeiras, pois são muitas documentações exigidas e os custos são elevados para manter o funcionamento com responsabilidade. O Viva Vida busca sempre capacitar seus profissionais para manter o bom funcionamento e a qualidade da assistência ofertada a esses pacientes.

Sobre a importância de a associação ser uma coexecutora de políticas públicas, a associação faz parte da Política de Assistência Social com a finalidade de atendimento gratuito e complementar a benefício assistencial e a promoção da saúde aos pacientes que dela precisam, e trabalha com a defesa e garantia dos direitos nos termos da Lei 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, alterada pela Lei 12.435/2011.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi identificar os pontos fortes e fracos que afetam a gestão da Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva. A Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva surgiu para amparar e dar assistência aos pacientes oncológicos, prestando diversos serviços por meio de ações e projetos para suprir as necessidades desses pacientes.

O estudo mostrou que a associação tem como pontos fortes a oferta de profissionais que auxiliam esses pacientes e suas famílias nesse momento do tratamento. São ofertados profissionais como assistente social, psicóloga e, advogado, além do fornecimento de medicamentos não fornecidos pelo SUS, fraldas geriátricas para pacientes de baixa renda, contribuindo assim, para uma melhor qualidade de vida durante o tratamento.

A associação também promove campanhas de prevenção e detecção precoce de câncer através de palestras, debates, ações publicitárias, etc., o que torna o terceiro setor um coexecutor de políticas públicas, muitas vezes carecidas pelo Estado.

Ela promove diversos eventos para arrecadar fundos para o seu custeio, como feira de artesanato e festa junina. Contudo, no cenário atual de pandemia esses eventos têm sido realizados online e divulgados nas redes sociais da associação.

Dentre as dificuldades, uma constatação importante foi o grande impacto que a pandemia trouxe para a associação. Além do sentimento de insegurança, foi presenciada a

diminuição nas doações (monetária e de produtos) por motivo de desemprego das famílias de contribuintes que deixaram de contribuir, o aumento no fornecimento de medicamentos e cestas básicas para pacientes que passaram por situação de desemprego e o afastamento dos voluntários por motivo de segurança. Para amenizar os impactos, a Associação ajustou as instalações com as medidas de segurança e higiene e, restringiram os eventos em grupo para evitar aglomerações.

Outra constatação observada é a falta de um planejamento estratégico. Hoje a associação tem como meta ser reconhecida pelo Estado de Minas Gerais pela prestação dos seus serviços, mas o que falta para alcançar essa meta? Quais são as fraquezas e as ameaças que tem impedido e quais pontos a favor para atingir essa meta? Não parece existir um esforço coordenado para se responder a essas perguntas e planejar ações de médio e longo prazo.

Nesta análise, podemos entender que a base para o desenvolvimento está no planejamento estratégico; entretanto, percebe-se que muitas ainda não adotaram essa ferramenta de gestão por acreditar que a sua utilidade se aplica apenas em empresas privadas e públicas.

Segundo Oliveira (2009), o Planejamento Estratégico - PE pode ser compreendido como o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para o estabelecimento da melhor direção a ser seguida pela organização, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma diferenciada e inovadora.

Para Chiavenato (2005), a missão significa uma tarefa que é recebida, ou seja, é a razão de existência da organização. Assim, a missão da associação está atrelada ao atendimento assistencial gratuito aos pacientes oncológicos. Oliveira (2009), diz que a visão representa um cenário ou horizonte desejado pela empresa para atuação, a associação almeja pelo reconhecimento no Estado de Minas.

A partir desse contexto e uma melhor compreensão sobre os objetivos a ser alcançada pela a Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva, sugere-se a implantação de um planejamento estratégico, utilizando o método da análise FOFA e suas variáveis (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). A ideia dessa proposta vem ao encontro da busca por revisões e ajustes no planejamento da associação e, a padronização dos objetivos.

Outra dificuldade enfrentada na pesquisa foi o acesso restrito aos documentos, como o Plano de Ação e o Estatuto, que poderiam ser de grande relevância para fomentar o estudo. O Estatuto da associação traz requisitos como os direitos e deveres dos voluntariados, a

composição do corpo diretivo e suas atribuições, a composição do conselho fiscal e regras gerais.

É fundamental que haja mais transparência dos recursos angariados pela associação e que os resultados sejam apresentados ao público. O trabalho desenvolvido dentro da associação possui uma divulgação assídua nas redes sociais e no site institucional, mas carece de maior divulgação de resultados.

Para um futuro estudo, propõe-se junto a Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva a construção de um planejamento estratégico que dê maior visibilidade e credibilidade para a associação, a reestruturação do site institucional contendo mais informações e a divulgação de um boletim informativo para seus associados e a sociedade de prestação de contas.

6. REFERÊNCIAS

- _____ **Associação do Voluntariado de Varginha Vida Viva**. Disponível em: <<http://vidavivavarginha.org.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- _____ **Lei Federal nº 9.608/1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608.htm>. Acesso em: 29 out. 2019.
- _____ **Lei Federal nº 10.406/2002**. Institui o código civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- _____ **Manual do voluntario: Mesa Brasil SESC/ Cláudia Márcia Santos Barros** (coordenação). - Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007. Disponível em: <http://portaldev.sesc.com.br/mesabrasil/cartilhas/Manual_Voluntario.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- _____ **Ministerio da Cidadania**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- _____ **UN VOLUNTEERS**. Disponível em: <<https://www.unv.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.
- CAZZOLATO, Nara Katsurayama. **As dificuldades de gestão das Organizações Não-Governamentais**. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ReFAE/article/view/1287/1300>>. Acesso em: 24 set. 2020.
- CHIAVENATO, I. (2005). **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw-Hill.
- DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIAS, Teresa Maria Guimarães Gonçalves. **O Voluntariado como promotor da vivência de valores e construtor de uma cidadania ativa**. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/17999/1/ulfpie047143_tm.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- DINIZ, Maria Helena. **Contratos Nominados: doutrina e jurisprudência**. Yussef Said Cahali (coord.). São Paulo: Saraiva, 1995.
- DOMENEGHETTI, Ana Maria. **Definição, tipificação e implantação do setor de voluntários**. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

- DUARTE, Ismenia Guedes Duarte; CAVALCANTE, Carlos Eduardo Cavalcante; MARQUES, Ricardo Ribeiro Rocha. **Gestão de Pessoas no Terceiro Setor: Motivações dos Voluntários da Fundação Cidade Viva**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45566/gestao-de-pessoas-no-terceiro-setor--%20motivacoes-dos-voluntarios-da-fundacao-cidade-viva->>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, Carmen S. M. A. Pereira. **O Terceiro Setor como consecutor de políticas públicas sociais**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp023492.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- JÚNIOR, Maiso Dias Alves; FARIA, Maria Vilma Coelho Moreira; FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. **Gestão nas Organizações do Terceiro Setor: Contribuição para um Novo Paradigma nos Empreendimentos Sociais**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1546.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- LEITE, Marco Antônio Santos. **O Terceiro Setor e as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs**. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1113/3/001113.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- LOPES, Marines Selau. **Terceiro setor, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável** / Marines Selau Lopes; Louise Cristine Franzoi: UNIASSELVI, 2016.
- LUCA, Camila de Almeida. **O Terceiro Setor na economia brasileira**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292158.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André Selayaran Nicoletti. **Associativismo e repertórios de ação político-institucional**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/op/v23n2/1807-0191-op-23-2-0361.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- NAVES, R. **Novas possibilidades para o desenvolvimento da cidadania** In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B.; História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, D. P. R. (2009). **Planejamento Estratégico**. 26. ed, São Paulo: Atlas.
- ORTIZ, Lise Mari Nitsche (s.d). (2009). **Gestão de voluntários no terceiro setor**. Disponível em: <<https://cvlondrina.files.wordpress.com/2009/06/artigogestaodevoluntariosnoterceirosetor1.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. **Terceiro setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROCHA, Mariella Gondim; PESSOA, Geórgia Patrício. **Aspectos Jurídicos das ONGs**. In: FIEGE, Hans-Jurgen. Ongs no Brasil – Perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do Terceiro Setor**. Disponível em: <https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Oganizacao_no_Terceiro_Setor.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SOUSA, Maria José Rodrigues de. **Associativismo urbano: O protagonismo das Associações de Moradores na contemporaneidade**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9742/1/arquivo6509_1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SOUZA, L. M.; LAUTERT, L.; HILLESHEIN, E F. **Trabalho voluntário, características demográficas, socioeconômicas e autopercepção da saúde de idosos de Porto Alegre**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44 n. 3, p. 561-569, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342010000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SOUZA, Washington José de; MEDEIROS, Jássio Pereira de. **Trabalho Voluntário: motivos para sua realização**. Revista de Ciências de Administração, ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p93/22543>>. Acesso em: 24 maio. 2020.

TABORDA, Luana do R. **RELAÇÕES ESTADO–SOCIEDADE CIVIL: sobre associações, parcerias e normativas**. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/882/pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

7. APÊNDICE

Apêndice 1 – Guia da Entrevista

Questões:

- 1) Atualmente, o Vida Viva desenvolve quais projetos?
- 2) Como são divididos os profissionais e as equipes?
- 3) Os profissionais são voluntários ou assalariados? Quais tipos de profissionais qualificados a associação possui? Ao todo quantos funcionários assalariados a associação possui? Esses profissionais são suficientes para atender toda a estrutura? Caso não, como mudar essa realidade?
- 4) Para ser voluntário, há algum critério ou qualquer pessoa pode se voluntariar? Como fazer para se cadastrar e, quais os canais disponíveis para esse cadastro?
- 5) Atualmente quantos voluntários a associação possui? Atende toda a demanda da associação? Caso não, o que a associação tem feito para atrair mais voluntários?
- 6) Qual o impacto que a pandemia gerou na associação? Em relação aos voluntários e as arrecadações como está hoje à situação?
- 7) Como a associação tem feito para lidar com esse novo normal?
- 8) Na pandemia como está sendo o funcionamento do bazar?
- 9) E as artesãs como está sendo a confecção nesse período de pandemia?
- 10) Como é a sistemática das doações? E agora na pandemia o que mudou?
- 11) O que mais a Associação deixou de arrecadar nesse período de pandemia?
- 12) Nesse período de pandemia algum item de doação deixou de atender a demanda da associação?
- 13) Nesse período de pandemia como a Assistente Social tem feito à triagem de pacientes?
- 14) Quantos pacientes são atendidos diariamente na associação?
- 15) Quantas cidades sul mineiras a associação atende?
- 16) Como é a relação da associação com a equipe do hospital?
- 17) Como é a relação com o poder público? Qual o apoio que eles dão a vocês?
- 18) A associação utiliza quais meios digitais de comunicação? Tem gerado resultados? Quais?
- 19) Qual a missão, visão e valores que norteiam a associação? Condiz com a situação atual, ou pode-se pensar em reformular?
- 20) Para o futuro o que esperar da associação? Existe uma meta ou um planejamento estratégico definido quanto a isso? Se sim, disponibilizar. Se não, por quê? Qual a dificuldade encontrada para delinear um planejamento estratégico?

21) Como é fazer parte do terceiro setor e quais as maiores dificuldades enfrentadas nesse meio?

E o que a associação tem feito para mudar essa realidade?

22) Você enxerga a associação como uma coexecutora de políticas públicas, o que pensa a respeito?